

DURAS MEMÓRIAS: RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA À REPRESSÃO MILITAR NO BRASIL

WANDERLENE CARDOZO FERREIRA REIS*

Resumo: O texto discute o papel da resiliência como um fenômeno psicológico, apontando como uma possibilidade de continuidade e equilíbrio psicossocial. Nas narrativas apresentadas, as lembranças da dor da separação dos filhos, das torturas e dos estupros sofridos pelas mulheres no período da Ditadura Militar indicam que as arbitrariedades cometidas em nome de um sistema político-social deixaram marcas profundas.

Palavras-chave: Mulheres; Resiliência; Ditadura.

***Abstract:** Difficult memories: female resilience and resistance to military repression in Brazil. The paper discusses the role of resilience as a psychological phenomenon, pointing to a possibility of continuity and psychosocial balance. In the narratives presented, the memories of the pain of separation from their children, torture and rapes suffered by women during the Military Dictatorship indicate that the arbitrary acts on behalf of a political and social system left deep scars.*

Key-words: Women; Resilience; Dictatorship.

* Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: <jnd1232@hotmail.com>.

Introdução

O Regime Militar no Brasil teve início após o golpe de 1964. Tomando o poder, os militares implantaram uma ditadura no País, com o discurso de *modernização, ordem e progresso*, às custas do cerceamento de direitos civis. Governaram via decretos, os chamados Atos Institucionais (AI), criados ao bel-prazer e, para satisfazer um grupo minoritário, o poder Executivo ignorou até a existência do poder Legislativo e colocou o Judiciário ao seu serviço. Os movimentos populares – estudantes, camponeses, trabalhadores das fábricas – sofreram represálias nesse período e os sindicatos foram enfraquecidos ou sofreram intervenção. Com a consolidação desta forma autoritária de governo, boa parte da imprensa, contrária aos ideais governistas, sofreu duras represálias e censuras, enquanto, dialeticamente, o governo se utilizava desta para seus próprios interesses, incutindo ideologias expressas em frases como: *Brasil, ame-o ou deixe-o; Ninguém mais segura este país*; dentre outras.

Os estudantes não se intimidaram e se tornaram os principais adversários do novo regime. Segundo Figueira, “os jovens saíram às ruas para combater questões como as formas tradicionais de ensino, o racismo, a Guerra do Vietnã, a repressão sexual e o controle da mulher pelos homens.”¹

¹ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História: novo ensino médio*. São Paulo: Ática, 2000, p. 386.

No período compreendido entre os anos de 1969 a 1974, assume a presidência da República o militar Emílio Garrastazu Médici, implantando a mais terrível perseguição e extermínio dos opositores ao seu governo e com respaldo jurídico! Isso mesmo, o Ato Institucional editado um ano antes de sua posse e conhecido como AI-5:

O AI-5 devolveu ao presidente da República, por tempo indeterminado, os poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos; demitir ou aposentar funcionários públicos; intervir nos estados e municípios; e fechar provisoriamente o Congresso Nacional. [...] A imprensa e todos os meios de comunicação passaram a sofrer rigorosa censura.²

Deste modo, foram criados órgãos geridos com verbas públicas com o objetivo de prender, torturar e executar centenas de opositores de todas as idades, sexo e religião, como citam Tatiana Merlino e Igor Ojeda, a “repressão não poupou as organizações clandestinas que não haviam aderido à luta armada, como o PCB, e nem mesmo os religiosos que se opuseram ao regime sem ter filiação com qualquer organização.”³

Diante de tal artimanha política e a despeito desta, diversos setores da sociedade buscavam meios de denunciar a violência praticada, tais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Ordem dos Advogados

² FIGUEIRA, op. cit., 2000, p. 386-387.

³ MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010, p. 36.

do Brasil (OAB) e também vários artistas e intelectuais usaram a música e a literatura para exprimirem a repulsa a esta forma de governo.⁴

Outro grupo se fez presente neste período: as mulheres. Apesar de todos os estereótipos da época, elas reivindicaram participação, lutaram e morreram em prol de ideais humanitários de direitos para todos. É sobre elas que escrevo este artigo, destacando o sofrimento pelo qual passaram e pela forma que resistiram bravamente entre os anos de 1970 a 1974. Portanto é sobre a resiliência feminina que falaremos a seguir. Mas o que se entende por resiliência?

Há quase trinta anos os psicólogos se debruçam sobre esta questão. Acredito que uma pessoa é resiliente quando diante do sofrimento, seja físico ou psíquico, busca criar estratégias de adaptação a estes, momentaneamente ou a longo prazo. Estudando a questão da resiliência, Pinheiro cita vários autores e afirma que “o indivíduo resiliente é aquele que tem habilidade para reconhecer a dor, perceber seu sentido e tolerá-la até resolver os conflitos de forma construtiva.”⁵

⁴ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve grande participação neste período seja denunciando os abusos, seja ajudando as vítimas e suas famílias. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), entre 1966 e 1979, atuou como frente legal das oposições. Foi vítima de ciclos vingativos de cassação de mandatos e sofreu a edição de pacotes com regras casuísticas que buscavam perpetuar a supremacia do partido governista. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) teve grande participação no movimento antigovernista e sofreu duras represálias, principalmente por solicitar investigações sobre os crimes praticados em jurisprudências militares e órgãos do governo. Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda dentre outros elevaram as suas manifestações ao nível das artes, forma comumente usada como disfarce dos opositores do governo militar.

⁵ PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. *Psicologia e estudos*, Maringá, v. 9, n. 1, Maringá jan./abr. 2004.

Outros estudos apontam fatores que levam o sujeito a ser resiliente, como, por exemplo, o apoio emocional, a disciplina e a rede de apoio em detrimento a situações que não favorecem a resiliência, como a culpa, a falta de responsabilidade e de diálogo, as drogas, a ausência dos pais, principalmente. No entanto, dizer que alguém é resiliente não diz tudo sobre sua personalidade ou forma de enfrentamento das situações cotidianas, pois se trata de características pessoais que demonstram a complexidade da natureza humana. Assim sendo, um sujeito pode dispor de certa resiliência diante de uma catástrofe natural e num outro momento *perder* esta característica quando envolvida em um acidente de trânsito, por exemplo.

Desarrollar la resiliencia no significa que la persona haya superado todas sus experiencias traumáticas (Junqueira & Deslandes, 2003). La resiliencia no es un proceso lineal, pues un individuo puede salir bien delante de una determinada situación pero, posteriormente, no hacerlo bien frente a otra.⁶

Percebe-se assim que, no seu desenvolvimento psicossocial, a interação do sujeito com seu meio influenciará nas respostas aos estressores, ou seja, o quanto este sujeito é afetado pela situação e como este a manejará é que o classificará como um ser resiliente ou não a esta determinada situação. Neste sentido, diante do inevitável, as questões dos níveis de exposição e dos

⁶ CASTRO, Elisa Kern; MORENO-JIMÉNEZ. Resiliencia en niños enfermos crónicos: aspectos teóricos. *Psicología e estudos*, Maringá, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007.

limites de cada um entrarão em jogo contra ou a favor do indivíduo. Portanto, podemos dizer que um sujeito está resiliente e não que ele é resiliente, como afirmou Angst.⁷

Por que resiliência e Ditadura Militar?

É consenso que a Ditadura Militar no Brasil foi um período tenebroso da nossa história. As perseguições pelas quais passaram homens e mulheres culminaram com centenas de mortos e desaparecidos, mas a lista dos sobreviventes também é grande, e estes ou estas nos contam através de seus depoimentos todos os momentos de dor e sofrimento que passaram e como conseguiram, ainda assim, continuarem suas vidas! Não podemos afirmar que foram resilientes? Não devemos confundir resiliência com invulnerabilidade ou invencibilidade, estes dois últimos são conceitos utópicos, enquanto que a resiliência é um conceito prático, quando a capacidade de reconstrução é tipicamente humana.

No período da qual trata este artigo (1970-1974), muitas mulheres sofreram diversos tipos de violência contra seus corpos e suas almas, “incluindo quase sempre torturas no âmbito sexual, alguns casos de partos na prisão e até episódios de aborto.”⁸

Partindo do pressuposto que os valores e crenças estejam

⁷ ANGST, Rosana. Psicologia e resiliência: uma revisão de literatura. *Revista Psicologia e argumento*, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 253-260, jul./set. 2009.

⁸ VANNUCHI, 2010 apud MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 12.

impregnados por conceitos tradicionais de papéis, de hierarquia e de mitos culturais que justificam a permanência das estruturas sociais, fica evidente que o fato destas serem mulheres multiplicou em muito a pena por estas sofridas, o que veremos mais adiante nos depoimentos. Também encontramos nos livros de história do Brasil relatos sobre este período, porém as vozes, por vezes femininas, estão ausentes, o que vem ratificar que a história representa um discurso hegemônico tipicamente masculino que desconheceu/omitiu deliberadamente o ostensivo poder de luta das mulheres.

Nas décadas de 1960 e 1970, na luta contra as práticas de violência que vitimaram mulheres destacam-se os movimentos feministas aliados à luta pela democratização do regime do país, bem como de reivindicações envolvendo acesso a serviços públicos e melhoria da qualidade de vida. Nesse momento era expressiva a participação de mulheres nos movimentos sociais urbanos, de modo que se formou um vasto e unido movimento de mulheres que suplantava diferenças partidárias e ideológicas.⁹ A respeito da importância dos movimentos feministas, Farah destaca que “a história desses movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que estas deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada.”¹⁰

⁹ BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 87-98, set./dez. 2003 e FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

¹⁰ FARAH, op. cit., 2004.

O conceito de gênero também evidencia a lógica de *adestramento* por detrás da violência, a qual tem como objetivo a contenção do corpo feminino e a preservação da estrutura social patriarcal moderna, apoiada principalmente pelo modelo econômico capitalista. Esses dois sistemas parecem estar articulados na modernidade para justificarem as relações de dominação e expropriação, principalmente do corpo e da autonomia femininos.¹¹ Deste modo, a falta de equidade entre homens e mulheres, longe de ser natural, é imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas tramas das relações sociais. O poder apresenta duas faces: a da potência e da impotência. As mulheres são educadas para conviver com a impotência; os homens são instigados ao exercício do poder e da virilidade, e geralmente convivem mal com a impotência.

Então como o regime lidava com as mulheres que fugiam aos estereótipos? Assolando-as, despojando-as da própria dignidade e da feminilidade, *rasgando-lhes as vestes*, calando-as com choques e queimaduras, tirando-lhes o direito à maternidade, dentre outras arbitrariedades.

Elas estiveram em todas as frentes da resistência. Foram muitas as que optaram pela luta armada e, sem que se julgue aqui o mérito de suas escolhas ideológicas e políticas, empunharam armas e foram literalmente à luta. Outras muitas, ainda que sem armas, colocaram em risco suas vidas e as de seus filhos e maridos ao estabelecerem também as suas estratégias de luta. Outras tantas já não estão entre nós para contar suas histórias. Ousadas demais, foram silenciadas. A tortura tem sido historicamente utilizada como mecanismo de controle dos indivíduos

¹¹ NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan/abr. 2006.

e de manutenção dos sistemas de organização social vigentes. Existem relatos dessa prática em quase todas as sociedades independentemente de sua origem étnica, localização geográfica, matrizes religiosas. Entretanto, para dar conta de realizar sua tarefa, o algoz precisa desconstruir qualquer identidade ou laço entre si e a sua vítima, convencendo-se de que aquele corpo onde ele aplicará a tortura não contém um “ser humano”, mas um animal, uma “coisa”. Talvez por isso se explique o fato de que é contra as mulheres que essa prática adquire seu formato mais cruel e, como precisa ser, sua forma mais desumana.¹²

Percebe-se que a questão da identidade está subjacente nos discursos apresentados, e foi por meio da (des)construção da identidade da mulher militante que a tornou vítima deste processo de desqualificação, tornando-a “inumana” e, portanto, indigna de vida, e como apontou Garcia, “ser simbolicamente inumano é viver suscetível a verdade do dominador.”¹³ Simbolicamente, o sentimento de superioridade dos homens (militares e civis) buscou sustentação no despojamento do corpo e na vida destas mulheres.

Os militantes que ficaram no Brasil durante a vigência da ditadura civil-militar tornaram-se, quase todos, clandestinos políticos, única possibilidade de prosseguir a luta de resistência. Abandonaram a casa paterna, seus nomes de família, seu emprego e profissão, seus documentos de identidade, e fizeram-se anônimos, sem sobrenome, sem explicar para os filhos, crianças ainda, o que realmente faziam. Eram homens reservados e mulheres discretas. As relações entre os familiares e os amigos ficaram entrecortadas, esparsas, feitas de silêncios. Muitos souberam,

¹² FREIRE, Nilcéia. Introdução. In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010, p. 16.

¹³ GARCIA, Eduardo de Campos. Ser Humano: soberano, perigoso e maquiavélico. *Filosofia*. *Revista Ciência & Vida*, ano VII, n. 80, mar. 2013.

tempos depois, do falecimento de seus próprios pais; outros receberam, meses depois, notícias sombrias de amigos e conhecidos. Esse anonimato desconcertante, e um jeito evasivo de ser, foi passando para os filhos, e certamente ficou inscrito como uma sensação indizível e, por isso, tornada inesquecível. A clandestinidade escolhida como forma de sobrevivência dentro do país foi, no princípio, uma defesa para o militante, mas, como um bumerangue, tornou-se um ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados, com seus nomes frios e identidades fabricadas, para negar, às famílias e aos advogados, o verdadeiro nome do preso. Dessa forma, eliminou-os, enterrou-os, fê-los desaparecer com nomes frios, como indigentes, nenhum nome [...].¹⁴

Identidade é, neste sentido, uma instância dialógica do desenvolvimento da subjetividade, assim,

[...] a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos apresentados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.¹⁵

Percebe-se daí, em qual contexto as mulheres obrigadas a despir-se de sua identidade original foram forjando outras possíveis. Não posso deixar de recorrer a Foucault quando nos diz que a

¹⁴ ARANTES, Maria Auxiliadora de A. Cunha. Resistência e dor. In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010, p. 29.

¹⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 13.

[...] partir de qual a priori histórico foi possível definir o grande tabuleiro das identidades distintas que se estabelece sobre o fundo confuso, indefinido, sem fisionomia e como que indiferente, das diferenças? A história da loucura seria a história do Outro – daquilo que, para uma cultura é ao mesmo tempo interior e estranho, a ser portanto excluído (para conjurar-lhe o perigo interior), encerrando-o porém (para reduzir-lhe a alteridade); a história da ordem das coisas seria a história do Mesmo – daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades.¹⁶

E quando falo de despir-se, também estou falando do seu sentido literal. É pela nudez (como veremos nos depoimentos) que se figura a primeira ação sobre o corpo feminino, essa necessidade de torná-la inumana, semelhante aos animais que não vestem roupas, mas também sem palavras, como pode acrescentar Derrida: “O animal seria em última instância privado de palavra, dessa palavra que se chama nome.”¹⁷ Foi deste modo que, o

[...] corpo da mulher, sempre objeto de curiosidade, tornou-se presa do desejo maligno do torturador e ficou à deriva em suas mãos. Autorizado por seus superiores e mandantes a torturar, o servidor torturador incorporou ingredientes próprios e piores ao ato que, por delegação, lhe foi solicitado e previamente permitido. Cumpria ordens. A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros.¹⁸

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 15.

¹⁷ DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 45.

¹⁸ ARANTES, op. cit., 2010, p. 30.

As vozes resilientes

Os depoimentos que serão apresentados são uma amostra do discurso de quinze mulheres sobreviventes que participaram dos movimentos de resistência à repressão estabelecida no governo militar do presidente Médice, nos anos de 1970 a 1974, e foram extraídos do livro *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*, organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda, no ano de 2010.¹⁹ Não pretendo neste artigo esgotar o assunto, mas discutir o papel das mulheres na sociedade como construtoras de histórias, como sujeitos políticos que saíram de suas casas para participar diretamente da construção da democracia deste país e como sujeitos de subjetividades.

Para início de conversa, será dado um recorte buscando-se as memórias como estratégia metodológica, pois acredito que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, tal como afirma Pierre Nora.²⁰ São lembranças de um tempo que existiu de fato e não são meras reminiscências ou narrativas fabulosas e, por isso, cabe a cada um de nós escutar, registrar e divulgar essas narrativas como provas testemunhais de quem ainda vive para contá-las e recontá-las, com toda a coragem e sofrimento

¹⁹ MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor, op. cit., 2010.

²⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 1993.

que o reviver do passado traz. Estas mulheres não quiseram beber das águas do rio Lettes.²¹ E como escreveu Marina Maluf,

[...] o ato pessoal de pensar o passado – de contar uma vida – está enganchado na trama coletiva da existência social. E a memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos aos quais pertence ou pertenceu.²²

A memória individual se liga às memórias coletivas por um nexos causal, onde uma auxilia a outra, sendo, portanto, imprescindível e, como afirmou Halbwachs, se faz

[...] necessário que esta recordação se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontrem tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. [...] Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.²³

É assim que Dilea Frate, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e estudante de Jornalismo, quando foi presa no dia 17 de outubro de 1975 em São Paulo (SP) e hoje vive no Rio de Janeiro (RJ), divide sua dor e seu sofrimento com suas companheiras:

²¹ Na mitologia grega, Lete ou Lettes é um dos rios do Hades. Aqueles que bebessem ou até mesmo tocassem na sua água experimentariam o completo esquecimento.

²² MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 82.

²³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 34.

No DOI-Codi de São Paulo, levei choques nas mãos, nos pés e nas orelhas, alguns tapas e socos, sendo inquirida sobre colegas de universidade e suas supostas ligações com o PCB. Durante o tempo em que isso aconteceu, eu usava um capuz preto que sufocava. Num determinado momento, eles extrapolaram e, rindo, puseram fogo nos meus cabelos, que passavam da cintura. Imediatamente retirei o capuz, apaguei o fogo com ele e encarei meu algoz, um senhor com rosto de pai de família e uns 60 anos de idade [...].²⁴

Um modo de sobrepujar o corpo feminino é “queimar-lhe” as madeixas, um símbolo tipicamente feminino! Mas nem assim, Dilea foi intimidada, tendo a “ousadia de encarar o torturador”.

No caso de Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era produtora cultural quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP), sendo usada como “cobaia” para aprendizes de torturadores, tendo sofrido diversos tipos de torturas, porém a que mais a “marcou” foram os estupros: “Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. [...] Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta [...]”.²⁵

Para não se deixar tombar pelo inimigo é necessária uma boa dose de serenidade, pois isto separa o vitorioso do seu oponente, assim

²⁴ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 128.

²⁵ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 70.

como Davi enfrentou o gigante Goliás na mitologia cristã, Dulce e Di-lea enfrentaram seus algozes com a mesma coragem!²⁶

Hecilda Fontelles Veiga, ex-militante da Ação Popular (AP), estudante de Ciências Sociais quando foi presa, em 6 de outubro de 1971, em Brasília (DF), estava grávida e sofreu diversos tipos de torturas, mas não hesitou em mostrar-se forte como a corça de Cerínea, já que esta atitude seria uma forma de enfraquecer o outro.²⁷

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali [...].²⁸

A tortura, ato eminentemente humano, sem fins em si mesmo, a não ser o gozo pútrido de uma natureza sádica, como Arantes citou,

[...] designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões, de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido, de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras pessoas, ou por qualquer outro motivo baseado em discriminação de qualquer natureza [...].²⁹

²⁶ Goliás foi um personagem do Antigo Testamento que participou num episódio de batalha entre os Filisteus e o povo de Israel, que foi derrotado e morto por Davi, segundo relatos da Bíblia, principal livro dos cristãos e dos judeus.

²⁷ A corça de Cerínea (ou Cerínea, ou Cerínia), também conhecida como corça cerínita, era um animal lendário da mitologia grega, com chifres de ouro e pés de bronze, que corria com assombrosa rapidez sem se cansar.

²⁸ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 76.

²⁹ IIDH, 2004, p. 21 apud ARANTES, Maria Auxiliadora de A. Em nome da memória. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, 2012.

Yara Spadini trabalhava como assistente social quando foi presa em 27 de janeiro:

Pediram que eu me despisse, eu falei que não ia tirar a roupa. O outro disse: ‘Ou você tira ou tiramos nós’. Fiquei em dúvida entre a humilhação de ser despida por eles ou eu mesma me despir. Foi muito humilhante ter de tirar a roupa [...].³⁰

Numa política de exceção, o Estado se veste do poder que lhe dera o povo, consolidando atos de coerção contra o corpo e a alma daqueles que *não se enquadram*, se dando o direito de fazer qualquer coisa a qualquer pessoa. Esse pensamento foi bem descrito por Max Weber, e baseia-se no “monopólio da violência organizada e legitimada.”³¹

Inês Etiene Romeu, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era bancária quando foi presa em São Paulo (SP), em 5 de maio de 1971. Hoje, vive em Belo Horizonte (MG). Recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2009, na categoria *Direito à Memória e à Verdade* e nos diz:

Alguns dias depois, [...] apareceu o dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída ‘humana’: o suicídio. [...] Aceitei e pedi um revólver, pois já não suportava mais [...]. Entretanto, o dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propôs-me então que eu me atirasse embaixo de um ônibus, como eu já fizera. [...] No momento em que deveria atirar-me sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. [...] Por não ter me matado, fui violentamente castigada [...].³²

³⁰ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 96.

³¹ ANDRADE, Lédio Rosa de. *Violência: Psicanálise, direito e cultura*. Campinas: Millennium, 2007, p. 13.

³² MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 105.

Jessie Jane, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), era estudante secundarista quando foi presa em 1º de julho de 1970, no Rio de Janeiro (RJ). Sofreu a dor da separação precoce da filha e nos conta:

Minha filha nasceu em setembro de 1976, durante o governo Geisel. Eu tive de fazer o parto num hospital privado, fiz uma cesariana, sofri muita pressão. Eles diziam que tinha de fazer como na Indonésia: matar os comunistas até a terceira geração para eles não existirem mais. E depois, a entrega da minha filha foi muito difícil. Eu a entreguei para a minha sogra, pois minha família estava toda no exílio. Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. A separação de uma criança com três meses é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. [...].³³

Para Zimmermann, a gravidez é um momento único na vida da mulher, repleto de sentimentos de angústia, medo e felicidade.³⁴ A gravidez representa a fertilidade, o que a torna verdadeiramente uma mulher e, tempo depois, mãe. O nascimento de um filho é um momento de grandes mudanças na vida da mulher.

Gilse Cosenza, ex-militante da Ação Popular (AP), era recém-formada em Serviço Social quando foi presa em 17 de junho de 1969, em Belo Horizonte (MG): “Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. “Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar” [...].”³⁵

³³ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 125.

³⁴ ZIMMERMANN e COLABORADORES. Gestação, parto e puerpério. In: EIZIRIK, Cláudio Laks. *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre: Artmed. 2001.

³⁵ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 192.

Nesta fala podemos perceber que “há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções”, Gilse transitava entre a militância e a maternidade de tal modo que suas “identificações estão sendo continuamente deslocadas.”³⁶

Lenira Machado Dantas, ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), trabalhava como analista de projetos quando foi presa pela segunda vez, em 3 de abril de 1974, em São Paulo. Foi obrigada a se separar do filho e ainda perdeu a guarda, só reconquistando o direito a tê-lo de volta após segunda sentença:

Em 27 de dezembro de 1974, perdi a tutela do meu filho por uma sentença em primeira instância proferida pelo juiz Luciano Ferreira Leite. Estava no oitavo mês de gravidez do meu segundo filho, fruto de um novo relacionamento e, em decorrência da forte emoção, perdi o bebê. Consegui reaver a guarda do meu filho em 10 de setembro de 1976, numa sentença de segunda instância [...].³⁷

Damaris Lucena, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era feirante quando foi presa em 20 de fevereiro de 1970, em Atibaia (SP): “Meu útero e minha bexiga ficaram para fora, eu estou viva por um milagre. Também levei muita porrada, muito soco na bunda. Fiquei completamente arrebatada, foi muito sofrimento [...]”³⁸

Lenira e Damaris, duas vidas, uma só história, um aborto indesejado e marcado pelo suplício. Conforme Michel Foucault escreveu em *Vigiar e punir*, o suplício é aquela forma de penalidade

³⁶ HALL, op. cit., 1999, p. 13.

³⁷ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 117.

³⁸ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 121.

que incide diretamente sobre o corpo do condenado. Através dele, a aplicação da pena pode apresentar algumas finalidades: retirar pela dor alguma verdade escondida; expor para a apreciação pública o sofrimento daquele que cometeu um ato contra a ordem legal, para que sirva de exemplo; demonstrar à sociedade um excesso de poder do soberano e, assim, reconstituir o verdadeiro poder, a verdadeira ordem suspensa na ação criminosa.³⁹

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.⁴⁰

Os dados apresentados por Foucault apontam alguns elementos presentes nas memórias dessas mulheres, como, por exemplo, nos aponta Elza Lobo, ex-militante da Ação Popular (AP). Era funcionária da Secretaria da Fazenda, quando foi presa em 10 de novembro: “O fato de estarmos sempre com a mesma roupa também era uma violência. Não tínhamos condições de trocar, então a gente ficava se sentindo mal, suja, o que é feito de propósito para ver se a gente entregava alguma coisa para poder ir embora [...]”.⁴¹

Áurea Moretti, ex-militante das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), era estudante de Enfermagem quando foi presa em 18 de outubro de 1969, em Ribeirão Preto (SP). Nos conta,

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

⁴⁰ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 163.

⁴¹ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 133.

horrorizada, como o regime não poupava ninguém, nem mesmo os religiosos: “Era dia e noite gente caindo; os padres, a irmã Maurina Borges da Silveira [...]. Me lembro de quando ela chegou na cela. Eu estava de bruços porque estava muito estraçalhada e pensei: ‘Meu deus, o que essa freira está fazendo aqui?’. Ela foi torturada e assediada. Eu sou testemunha da cena [...]”⁴²

Eleonora Menicucci de Oliveira, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), era estudante de Sociologia e professora do ensino fundamental quando foi presa, em 11 de julho de 1971, em São Paulo (SP). Eleonora era muito consciente do que estava de fato acontecendo no íntimo de cada torturador, que ia além das questões políticas, pois “o objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo” e lembra que foi levada à sessão de interrogatório numa sala próxima à outra onde alguém também estava sendo interrogado e torturado.

Diziam-me que era meu companheiro. Eram gritos abafados de uma pessoa amordaçada. Achei que iam matá-lo. Os homens que me torturavam se revezavam entre o local onde eu estava e a sala contígua. Estavam num estado de alteração psíquica indescritível. Eu era erguida da cadeira e jogada, nua e encapuzada, como se fosse uma peteca, de mão em mão, no meio de xingamentos e gritaria. Depois, fui submetida a tapas e choques elétricos. Perdi alguns dentes e todas as minhas obturações caíram. Como estava amamentando, o leite escorria pelo meu corpo, o que constrangeu alguns torturadores e estimulou outros [...].⁴³

⁴² MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 148.

⁴³ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 149.

Lylia Guedes, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), era estudante secundarista quando foi presa, em 31 de janeiro de 1971, na cidade de Paulista (PE):

De tudo que eu passei, o pior foi ter assistido à tortura de Odijas [Carvalho de Souza]. Eles abriram a porta da sala de tortura e me fizeram sentar ali do lado para ver. Eram muitos homens. Teve muita porrada: socos, pontapés, palmatória [...] enfiaram coisas no ânus dele. Isso durou o dia todo, a madrugada inteira, e ele começou a urinar e a vomitar sangue. Quando chegou no hospital, oito dias depois, estava com todos os órgãos destruídos e morreu ali. Durante o dia, eles me deixavam sentada numa cadeira dura, numa sala de expediente do Dops, no caminho para a sala de tortura e para as celas. Eles passavam por ali o tempo todo, tinha muito assédio, puxavam meu cabelo, falavam coisas. [...] Eu era uma desconhecida da repressão e muito menina, tinha pouco mais de 18 anos. Mas quando passavam por mim, diziam: ‘Amanhã vai ser você, mas aí vai ser diferente’. E diziam coisas nojentas sugerindo que haveria violência sexual.⁴⁴

A prática da tortura era feita também pela intenção de realização da mesma, deste modo, o sujeito antecipa o sofrimento, como podemos perceber no caso de Lylia e de outras tantas mulheres:

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea.⁴⁵

Rioko Kayano, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), era estudante de Letras quando foi presa em 14 de abril de 1972, em Marabá (PA). Rioko foi presa quando se preparava para

⁴⁴ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 170.

⁴⁵ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 165.

se juntar aos seus companheiros que já estavam no Araguaia. Trazia em si, não apenas a condição de ser mulher, mas de ser também estrangeira. Os torturadores sentiam-se afrontados porque entendiam que ela e sua família deveriam ser gratas ao país que as acolheram:

Para o interrogatório, eu ia encapuzada, e eles gritando. E tinha pancadaria, ameaças, choque. Eles também me humilhavam muito por eu ser japonesa. [...] Eles me torturaram mais pelo ódio que sentiam do que para obter informações. Eles sabiam que eu não tinha mais informação 'quente' para oferecer. Passei por muita pancadaria, choque, xingamento. Diziam que eu era uma traidora, que o Brasil tinha sido generoso com a minha família, que eu devia estar ajoelhada beijando a bandeira.⁴⁶

A militante Darcy Andozia trabalhava como secretária quando foi presa em 15 de janeiro de 1974, em São Paulo (SP). Suas memórias mostram como foi afetada por ver sua família entrar neste círculo de maldades:

Eu e meu marido, Dermi Azevedo, militávamos com os padres dominicanos, em São Paulo. Em 15 de janeiro de 1974, um dia após a prisão do Dermi, fui pega. Eu tinha saído atrás de ajuda para ele e acabei sendo presa no meu local de trabalho. Foi um terror. Quando abri a porta, vi cinco homens armados com metralhadora me esperando. Depois de rodar horas pela cidade com os policiais, fui levada para a sede do Dops. Quando cheguei lá, por volta da meia-noite, encontrei meu filho, Carlos Alexandre, que na época tinha dois anos de idade, e a moça que cuidava dele. Me levaram imediatamente para a sala de tortura, e era o delegado Fleury que estava me esperando. Já era tarde da noite e o Fleury ficou irritado de saber que meu filho estava ali. Então, ele saiu para resolver o que fazer com o menino. [...] Nossa família ficou desestruturada. Isso afetou muito a vida do meu filho, que se fechou nele mesmo e ficou com sequelas. Ele passou a ser uma criança superfechada e hoje tem fobia social.⁴⁷

⁴⁶ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 174.

⁴⁷ MERLINO; OJEDA, op. cit., 2010, p. 179.

Nos diversos depoimentos e narrativas que compõem a vida das mulheres que participaram dos movimentos contra o Regime Civil-Militar, e sobreviveram, as lembranças da dor, da separação dos filhos, das torturas e dos estupros indicam que não é possível esquecer-se de momentos tão marcantes e carregados de desumanidade, mas o enfrentamento também se fez presente quando as mesmas eram adjetivadas, pelos torturadores, como *marruda, fria, sem emoção, sem sentimentos, fera*, dentre outras palavras carregadas de ódio devido às provas de resistências demonstradas. Num movimento de despir-se da própria feminilidade, retirava também deles (homens) a impenetrável masculinidade.

Considerações finais

Considero importante tornar público e repetir a história de vida de cada mulher supliciada neste País. Nada e nenhum crime justificam os atos de crueldade contra o ser vivente, principalmente quando são nossos semelhantes, e nem em nome de políticas exclusivistas tais atos devam ser praticados. Contudo, a violência exacerbada, em nome de uma suposta *Segurança Nacional*, foi usada com bastante desenvoltura por quem a deveria combater, não poupando mulheres, jovens e crianças, repetindo a terrível história da humanidade. Neste ínterim, Andrade cita que, na

[...] atualidade, todas as recentes guerras, todos os conflitos sangrentos estão fundados em uma razão narcísica. Sempre há um líder, um deus, uma causa, uma democracia, um povo eleito, tidos como proprietários da

verdade, da única verdade, da justiça onipotente e onipresente, absoluta e dogmática, a qual tudo justifica e permite o uso da violência de forma indiscriminada e ilimitada, pois em nome dessa certeza narcísica primária, quando tudo é possível, o que é o outro para impedir seu triunfo?⁴⁸

Porém podemos afirmar que as mulheres citadas foram resilientes se propormos perceber que “o indivíduo resiliente é aquele que tem habilidade para reconhecer a dor, perceber seu sentido e tolerá-la até resolver os conflitos de forma construtiva.”⁴⁹

Não podemos deixar de lembrar o quanto de preconceito de gênero esteve embutido nos discursos normatizantes do Regime Civil-Militar. A mulher idealizada não era aquela que estava na luta, (inclusive armada), e deste modo, visando preservar a estrutura patriarcal e o sistema capitalista, justificaram as barbáries praticadas.

Devemos gratidão por estas mulheres que tiveram a coragem de relatar seus depoimentos, trazendo suas memórias de um período do qual buscaram o esquecimento e por outro lado temos a obrigação de ajudá-las a perceberem que não estão sozinhas e que não foram esquecidas e, assim, firmarmos este compromisso:

Então, recuperar a memória e reconhecer o direito à verdade como essencial para nossa vida é também nos recolocarmos diante desses compromissos, que muitos (as) procuram abafar. Compromissos esses que foram violentamente abafados no período da ditadura, mas ainda hoje são alvo de esforço diligente para permanecerem ocultos, seja de forma mais direta, como a violência de Estado, seja de forma dissimulada [...]. Precisamos, juntos (as), manter viva a memória dos motivos

⁴⁸ ANDRADE, op. cit., 2007, p. 63.

⁴⁹ PINHEIRO, op. cit., 2004.

pelos quais tantos (as) de nós se dispuseram a ousar, discordar, lutar, resistir, sofrer e, sobretudo, permanecer dignos (as) em suas vidas ou em suas mortes. Assim, a partir de um presente realmente engajado com o que há muito tempo perseguimos, é que poderemos construir e experimentar um projeto emancipatório da sociedade.⁵⁰

A fala e a escuta funcionam como instrumentos que abrem para novas perspectivas de significados que dão forma e conteúdo aos afetos e a subjetividade, portanto, dar ouvidos e registrar essas vozes é uma forma de reparação da qual não podemos nos omitir.

Referências

Bibliografia

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Violência: Psicanálise, direito e cultura*. Campinas: Millennium, 2007.

ANGELUCCI, Carla Biancha. Apresentação. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org). *Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade*. São Paulo: CRPSP, 2012.

ANGST, Rosana. Psicologia e resiliência: uma revisão de literatura. *Revista Psicologia e argumento*, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 253-260, jul./set. 2009.

⁵⁰ ANGELUCCI, Carla Biancha. Apresentação. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org). *Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade*. São Paulo: CRPSP, 2012, p. 8.

ARANTES, Maria Auxiliadora de A. Cunha. Resistência e dor. In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 87-98, set./dez. 2003.

CASTRO, Elisa Kern; MORENO-JIMÉNEZ. Resiliencia en niños enfermos crônicos: aspectos teóricos. *Psicologia e estudos*, Maringá, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007.

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. São Paulo: UNESP, 2002.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História: novo ensino médio*. São Paulo: Ática, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Nilcéia. Introdução. In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010.

GARCIA, Eduardo de Campos. Ser Humano: soberano, perigoso e maquiavélico. Filosofia. *Revista Ciência & Vida*, ano VII, n. 80, mar. 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 13.

IIDH, 2004, p. 21 apud ARANTES, Maria Auxiliadora de A. Em nome da memória. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, 2012.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan/abr. 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 1993.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. *Psicologia e estudos*, Maringá, v. 9, n. 1, Maringá jan./abr. 2004.

VANNUCHI, 2010 apud MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010.

ZIMMERMANN e COLABORADORES. Gestação, parto e puerpério. In: EIZIRIK, Cláudio Laks. *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre: Artmed. 2001.

Fontes

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010.

Recebido em 25 de fevereiro de 2013; aprovado em 19 de junho de 2013.